

AS DECLARAÇÕES DE ANTÓNIO COSTA SOBRE O TRABALHO PRECÁRIO E A REALIDADE DA PRECARIEDADE NO SETOR PRIVADO E NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL

Antonio Costa em declarações publicas recentes prometeu “*apertar a malha às empresas de trabalho temporário*”, e na moção para o próximo congresso do PS afirma que “*É importante prosseguir com políticas que promovam a criação de emprego e adotar medidas que garantam a qualidade e dignidade do emprego, erradicando mecanismos de emprego precário*”. Comparemos estas declarações do 1º Ministro com a situação de precariedade real existente no setor privado e na Administração Pública

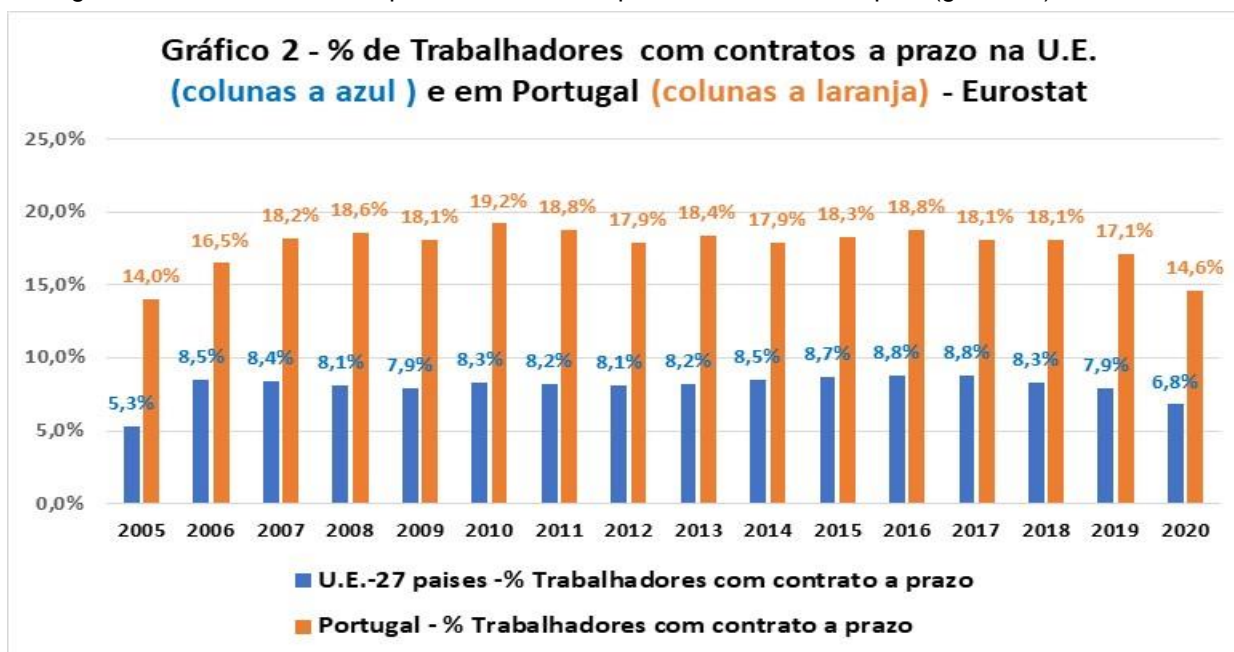
A DIMENSÃO DO TRABALHO PRECARIO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA

O gráfico 1, com dados do INE mostra a evolução do número de trabalhadores com contratos a prazo



Embora os contratos a prazo (a termo) não sejam a única forma de precariedade existente no nosso país (a prestação de serviços é outra forma, e no 1º Trim. 2021 existiam 445.000 “trabalhadores por conta própria” muitos deles eram conhecidos no passado como a “recibos verdes”), a partir de 2012 registou-se um crescimento muito acentuado de trabalhadores com contratos precários, de 564 mil para mais de 700 mil. Durante a grave crise económica causada pelo COVID-19, registou-se uma diminuição pois foram os primeiros a serem despedidos (para estes trabalhadores não houve “lay-off”)

Apesar da redução causada pela atual crise, a percentagem de trabalhadores com contratos a prazo em Portugal continua a ser muito superior à média dos países da União Europeia (gráfico 2)



A taxa de precariedade, medida pela percentagem de trabalhadores com contratos a termo em relação ao total de trabalhadores, em Portugal é mais do dobro da dos países da União Europeia. Mesmo em 2020, apesar dos elevados despedimentos que atingiram principalmente os

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

trabalhadores com contratos a prazo devido á crise económica causada pela pandemia, a taxa de precariedade em Portugal era 114,7% superior à média dos países da U.E. Portugal continua a ser um país onde dominam os baixos salários e uma elevada precariedade. E os contratos a prazo estão associados em Portugal a salários ainda mais baixos como mostra os dados do quadro 1.

Quadro 1- Remuneração base média hora e Ganho médio hora, por nível de qualificação e tipo de contrato- 2019								
TIPO DE CONTRATO	Contrato sem Termo Euros/hora		Contrato de trabalho a prazo Euros/hora		% Remuneração ou Ganho de Contrato a prazo em relação contrato sem termo		% que Remuneração ou Ganho de Contrato a prazo MENOS que contrato sem termo	
	Rem.Base	Ganho	Rem.Base	Ganho	Remuneração base	Ganho	Remuneração base	Ganho
NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO								
TOTAL	6,28 €	7,53 €	4,52 €	5,33 €	72,0%	70,8%	-28,0%	-29,2%
QUADROS SUPERIORES	13,29 €	15,46 €	7,90 €	8,86 €	59,4%	57,3%	-40,6%	-42,7%
QUADROS MÉDIOS	9,31 €	11,12 €	6,79 €	7,77 €	72,9%	69,9%	-27,1%	-30,1%
ENCARREGADOS CONT. CHEFES EQUIPA	8,46 €	10,10 €	6,58 €	7,76 €	77,8%	76,8%	-22,2%	-23,2%
PROFISSIONAIS ALTAMENTE QUALIFICADOS	6,92 €	8,62 €	6,60 €	7,54 €	95,4%	87,5%	-4,6%	-12,5%
PROFISSIONAIS QUALIFICADOS	4,80 €	5,84 €	4,28 €	5,13 €	89,2%	87,8%	-10,8%	-12,2%
PROFISSIONAIS SEMI-QUALIFICADOS	4,14 €	4,99 €	3,87 €	4,59 €	93,5%	92,0%	-6,5%	-8,0%
PROFISSIONAIS NÃO QUALIFICADOS	3,80 €	4,41 €	3,62 €	4,31 €	95,3%	97,7%	-4,7%	-2,3%
ESTAGIÁRIOS, PRATICANTES E APRENDIZES	3,85 €	4,53 €	3,68 €	4,41 €	95,6%	97,4%	-4,4%	-2,6%

FONTE: Quadros de Pessoal - 2019- Ministério do Trabalho

Como revelam os dados dos quadros de pessoal divulgados pelo Ministério do Trabalho, a remuneração base média de um trabalhador com contrato a prazo é, em média, inferior em 28% à de um trabalhador com contrato por tempo indeterminado (sem termo). E o ganho médio é inferior em 29,2%. Mas a diferença é tanto maior quanto mais elevada é a qualificação. Em relação aos "Quadros superiores" um trabalhador com contrato a prazo ganha, em média, entre 40,6% e 42,7% menos do que um trabalhador com contrato permanente, enquanto a nível de profissionais não qualificados a diferença, para menos, varia entre 2,3% e 4,7%. Os contratos a prazo são um instrumento de exploração acrescida dos trabalhadores, pois permitem às entidades patronais pagar remunerações mais baixas, nomeadamente aos com maior qualificação (em 2020, menos 3100 milhões€)

O DISPARAR DO TRABALHO PRECÁRIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM O GOVERNO DO PS

Apesar do O PREVPAP, que era um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, o certo é que com António Costa os contratos a prazo dispararam na Administração Pública com revela o gráfico 3 (dados da Direção Geral do Emprego e Administração Pública)



O aumento de trabalhadores na Administração Pública de que fala António Costa tem sido feito fundamentalmente através de trabalhadores com contratos a prazo. Entre 30 de Set.2019 (início do atual governo) e março.2021, o número de trabalhadores em todas as Administrações Públicas aumentou em 36116, sendo 25495 (70,6%), trabalhadores com contrato a prazo. Em 31 de março-2021, o número de trabalhadores com contratos a termo eram já 93037, mais 37,7% do que em setembro de 2019. Mesmo em profissões vitais, como são a Saúde e a Educação, o trabalho precário explodiu com o atual governo. Entre set.2019 e março.2021, o número de trabalhadores da Saúde aumentou em 2623, sendo 2520 (96,1%), com contratos a prazo. O mesmo na Educação pois, no mesmo período, o número de trabalhadores cresceu em 13154, sendo 12663 (96,3%) com contratos a prazo. O PREVPAP, o programa do governo que devia acabar com o trabalho precário na Administração Pública, foi um engano, pois os contratos a prazo dispararam novamente. E para além disto, devido aos obstáculos criados pelo Ministério da Finanças a contratação de trabalhadores, a Administração Pública recorre ainda à compra de pacotes de milhares de horas a empresas de trabalho temporários a quem paga menos de 7€/hora e os trabalhadores recebem 4€/hora, que são registados como "aquisição de serviços". Esta é a realidade atual na Administração Pública em Portugal **Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt – 5/6/2021**